

**Sul América Companhia de Seguro Saúde**  
CNPJ 01.685.053/0001-56



**Relatório da Administração**

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 390 emitida em 02/12/2015. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar uma nova direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o Brexit (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuíram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apesar de segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado a baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$47,7 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20 bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano,

a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017.

**2. Principais informações financeiras:**

(R\$ milhões)	2016	2015	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	12.091,4	10.389,7	16,4%
Sinistros retidos	(9.806,5)	(8.441,2)	(16,2%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	2.284,9	1.948,4	17,3%
Resultado bruto	1.969,1	1.650,3	19,3%
Resultado financeiro líquido	547,4	410,7	33,3%
Resultado patrimonial	142,8	194,3	(26,5%)
Resultado antes dos impostos e participações	1.209,5	967,5	25,0%
<b>Resultado líquido</b>	<b>821,3</b>	<b>692,9</b>	<b>18,5%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** Em 2016, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$12.091,4 milhões, com um aumento de 16,4%. Os sinistros retidos somaram R\$9.806,5 milhões, representando 81,1% dos prêmios ganhos. O resultado patrimonial passou de R\$194,3 milhões em 2015 para R\$142,8 milhões em 2016. O resultado financeiro alcançou R\$ 547,4 milhões em 2016, com incremento de 33,3% sobre o exercício anterior. O resultado líquido atingiu R\$821,3 milhões, um aumento de 18,5% sobre o exercício anterior. **4. Distribuição do resultado:**

Descrição	2016	2015
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>1.209,5</b>	<b>967,5</b>
(-) Impostos e contribuições	(355,7)	(242,3)
(-) Participações	(32,5)	(32,2)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>821,3</b>	<b>692,9</b>

Descrição	2016	2015
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	—	10,8
Lucro líquido após compensações	821,3	703,7
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(41,1)	(35,2)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>780,2</b>	<b>668,5</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>195,1</b>	<b>167,1</b>
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	40,0	56,6
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios	155,1	110,5
(-) Juros sobre capital próprio a serem considerados com reservas estatutárias	64,2	—
Bruto	258,0	130,0
Imposto de renda	(38,7)	(19,5)
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios</b>		
Dividendos adicionais pagos conforme RCA aprovada em 10/04/2015	—	73,4
Dividendos adicionais pagos conforme RCA aprovada em 09/11/2015	—	44,0
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>		
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>482,2</b>	<b>364,5</b>
<b>5. Investimentos:</b> Em 31/12/2016, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$908,3 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$179,7 milhões, Sul América Saúde Companhia de Seguros no montante de R\$42,7 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$321,8 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$44,8 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$69,3 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$1,3 milhão. <b>6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":</b> A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". <b>7. Acordo de acionistas:</b> A Companhia não é parte em acordos de acionistas.		
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.		
<b>A ADMINISTRAÇÃO.</b>		

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)**

	Notas	2016	2015
<b>Ativo</b>			
Circulante		<b>4.228.503</b>	<b>3.991.424</b>
Disponível	—	18.069	11.750
Realizável	—	<b>4.210.434</b>	<b>3.979.674</b>
Aplicações financeiras	5	<b>3.685.906</b>	<b>3.205.040</b>
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	—	2.298.431	2.121.016
Aplicações livres	—	1.387.475	1.084.024
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	—	<b>233.760</b>	<b>210.074</b>
Prémio a receber	6.1	223.655	204.663
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	—	10.105	5.411
Despesas diferidas	7	<b>147.748</b>	<b>120.237</b>
Créditos tributários e previdenciários	8	<b>53.480</b>	<b>2.360</b>
Bens e títulos a receber	9	<b>86.261</b>	<b>440.399</b>
Despesas antecipadas	—	<b>3.279</b>	<b>1.564</b>
Não circulante	—	<b>3.660.873</b>	<b>3.076.753</b>
Realizável a longo prazo	—	<b>1.963.297</b>	<b>1.714.089</b>
Aplicações financeiras	5	<b>1.950</b>	<b>2.011</b>
Aplicações livres	—	1.950	2.011
Créditos tributários e previdenciários	8	<b>92.351</b>	<b>86.151</b>
Despesas de comercialização diferidas	7	<b>385.544</b>	<b>325.985</b>
Ativo fiscal diferido	8	<b>249.068</b>	<b>203.492</b>
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	<b>1.232.707</b>	<b>1.093.628</b>
Outros créditos a receber a longo prazo	—	<b>1.677</b>	<b>2.822</b>
Investimentos	—	<b>1.567.794</b>	<b>1.239.713</b>
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	—	<b>1.567.794</b>	<b>1.239.713</b>
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde	10	291.656	202.566
Participações societárias - outras entidades	10	1.276.138	1.037.147
Imobilizado	—	<b>41.348</b>	<b>43.561</b>
Imobilizado de uso próprio	—	<b>22.560</b>	<b>23.367</b>
Bens móveis - Não hospitalares/ Não odontológicos	—	22.560	23.367
Outras imobilizações	—	<b>18.788</b>	<b>20.194</b>
Intangível	11	<b>88.434</b>	<b>79.390</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.889.376</b>	<b>7.068.177</b>

	Notas	2016	2015
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>2.682.071</b>	<b>2.569.416</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	<b>2.280.429</b>	<b>2.106.970</b>
<b>Provisões de prêmios</b>	—	<b>300.623</b>	<b>260.206</b>
Provisão de prêmios não ganhos	—	276.240	240.275
Provisão para remissão	—	24.383	19.931
Provisão de sinistros a liquidar para SUS	—	20.839	18.814
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	—	1.383.152	1.189.329
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	—	575.815	638.621
<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>	—	<b>70.328</b>	<b>42.228</b>
Contraprestações / prêmios a restituir	—	47	40
Commercialização sobre operações	—	16.386	17.574
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	—	53.895	24.614
<b>Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</b>	—	<b>22.121</b>	<b>41.936</b>
Provisões	—	<b>61.523</b>	<b>130.452</b>
Provisões para IR e CSLL	—	2	76.272
Provisões para ações judiciais	15.2	61.521	54.180
Tributos e encargos sociais a recolher	—	<b>69.072</b>	<b>71.013</b>
Empréstimos e financiamentos a pagar	17	<b>999</b>	—
<b>Débitos diversos</b>	18	<b>177.599</b>	<b>176.817</b>
<b>Não circulante</b>	—	<b>1.048.356</b>	<b>929.600</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	<b>36.850</b>	<b>34.677</b>
Provisão para remissão	—	21.880	18.929
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	—	14.970	15.748
Provisões	—	<b>175.658</b>	<b>164.806</b>
Provisões para ações judiciais	15.2	175.658	164.806
Tributos e encargos sociais a recolher	—	<b>832.712</b>	<b>730.072</b>
Tributos e contribuições	15.2	832.712	730.072
<b>Empréstimos e financiamentos a pagar</b>	17	<b>3.091</b>	—
<b>Débitos diversos</b>	18	<b>45</b>	<b>45</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	19	<b>4.158.949</b>	<b>3.569.161</b>
Capital social	—		

continuação

## Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)			
	Notas	2016	2015
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>821.285</b>	<b>692.912</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	(602)	(85)	
Efeitos fiscais	241	34	
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas) não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	21	494	(2.643)
Efeitos fiscais	21	(272)	1.057
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	69.976	(48.476)
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>69.837</b>	<b>(50.113)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>891.122</b>	<b>642.799</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE denominada (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada (SALIC) com 63,83% de ações ordinárias e 69,69% de ações preferenciais, com participação total de 65,27%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A (SASA), que detém 100% do capital total da Companhia, sendo 29,52% da participação direta e 70,48% de participação indireta através de suas subsidiárias. A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulaspars Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,84% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,64% de participação total, e publicou em 22 de fevereiro de 2017 no jornal Valor Económico o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 390 emitida em 02/12/2015. A Companhia está reapresentando nas suas Demonstrações de Fluxos de Caixa de 2015, as linhas "Ativos livres no final do período" no montante de R\$1.239.758 (valor apresentado originalmente, R\$1.315.418) e "Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres" no montante de R\$933.580 (valor apresentado originalmente, R\$469.240), correspondente aos ativos livres no montante de R\$75.660, utilizados pela sua controlada Sul América Serviços de Saúde S.A para garantia dos sinistros avisados até 30 dias, em conformidade com o artigo 2º das Resoluções Normativas nº's 159/2007 e 227/2010. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 21/02/2017. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Custos de angariação diferidos (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registrados na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 120 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Disponível para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "emprestáveis e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica "Bens e títulos a receber" e não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio e deságio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Intangíveis:** **3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor determinado em uma avaliação técnica. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. **3.6. Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.7. Empréstimos e financiamentos a pagar:** Leasing financeiro, reconhecido pelos valores de contratação dos bens arrendados, descontados ao valor presente pela taxa de juros implícita no contrato. **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de

continuação

## Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

de sustentabilidade. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviço; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda, insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Saúde:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio.

	2016	2015
Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(490.233)	(269.628)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(7.549)	(4.152)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(38.801)	(21.341)
Redução de 5% na sinistralidade	490.233	269.628
Redução de 5% nas despesas administrativas	7.549	4.152
Redução de 5% nos custos de aquisição	38.801	21.341

Premissas	2016	2015
Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(421.109)	(245.647)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(6.671)	(3.891)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(32.678)	(19.062)
Redução de 5% na sinistralidade	421.109	245.647
Redução de 5% nas despesas administrativas	6.671	3.891
Redução de 5% nos custos de aquisição	32.678	19.062

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • Controles através de modelos estatísticos para avaliar oscilações periódicas discrepantes nas provisões. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece

as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Líquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2016 e 2015.

Indexador	2016	2015
SELIC/CDI	3.533.499	3.049.045
IPCA	102.702	150.290
Ações	7.615	5.705
Outros	41.079	—
<b>Total</b>	<b>3.684.895</b>	<b>3.205.040</b>

Em relação ao risco presente na concentração de receita em outras moedas, a Companhia não possui parcelas expressivas de emissões de prêmios em moeda estrangeira em sua carteira. **4.3.1. Exposição residual:** A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, com o objetivo de otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para mitigar o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição residual ao risco cambial, de renda variável e inflação.

Exposição ao risco de renda variável e inflação	2016	2015
Dólares norte americanos	39.943	45.037
Renda variável	7.615	5.705
Indexedos a inflação	361.145	281.812

O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2016, foi de R\$113 (R\$161 em 2015). Para o cálculo foram confrontados ativos e passivos financeiros indexados à inflação. **4.3.2. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2016 e 2015.

Descrição	2016									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros</b>										
Aplicações financeiras	1.072.015	403.160	529.785	1.409.200	272.664	345	3.687.169	3.684.895	(2.274)	3.684.895
Valor justo por meio do resultado	1.072.015	—	—	—	345	1.072.360	1.072.015	(345)	1.072.015	
Disponível para venda	—	403.160	529.785	1.409.200	272.664	—	2.614.809	2.612.880	(1929)	2.612.880
Refinanciamento fiscal - REFIS	4.370	—	—	—	—	—	4.370	—	—	4.370
Passivos de seguros	2.280.429	12.985	15.325	5.942	2.598	—	—	—	—	2.317.279

Descrição	2015									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros</b>										
Aplicações financeiras	927.523	342.477	255.628	1.476.220	205.616	338	3.207.802	3.205.040	(2.762)	3.205.040
Valor justo por meio do resultado	927.523	—	—	—	—	338	927.861	927.523	(338)	927.523
Disponível para venda	—	342.477	255.628	1.476.220	205.616	—	2.279.941	2.277.517	(2.424)	2.277.517
Refinanciamento fiscal - REFIS	—	14.113	—	—	—	—	14.113	—	—	14.113
Passivos de seguros	—	2.106.970	13.139	17.779	3.759	—	—			

continuação

## Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

	Redução ao valor recuperável	Total
	Prêmios	recuperável
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>467.791</b>	<b>(263.128)</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	12.625.577	(149.079) 12.476.498
Recebimentos / reversão	(12.512.638)	55.132 (12.457.506)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>580.730</b>	<b>(357.075)</b>
<b>Circulante</b>		<b>223.655</b>

**6.2. Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 1 e 30 dias	106.814	95.393
A vencer entre 31 e 60 dias	4.369	2.484
A vencer entre 61 e 180 dias	167	1.104
A vencer entre 181 e 365 dias	68	—
<b>Total</b>	<b>111.418</b>	<b>98.981</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(4.414)</b>	<b>(2.154)</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>107.004</b>	<b>96.827</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 1 e 30 dias	113.914	102.381
Vencidos entre 31 e 60 dias	27.738	19.371
Vencidos entre 61 e 180 dias	52.872	38.385
Vencidos entre 181 e 365 dias	50.483	39.643
Vencidos acima de 365 dias	224.305	169.030
<b>Total</b>	<b>469.312</b>	<b>368.810</b>

## 8.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2015	Adição	Atualização monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	685	4.804	510 (5.127)	872	
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	259	3.339	4.682 (7.923)	357	
Programa de Integração Social - PIS	174	188	— (161)	201	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	803	869	— (742)	930	
Outros	45	175	20 (240)	—	
<b>Total</b>	<b>1.966</b>	<b>9.375</b>	<b>5.212</b>	<b>(14.193)</b>	<b>2.360</b>
<b>Circulante</b>					<b>2.360</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	872	16.303	635 (1.022)	16.788	
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	357	1.881	299 (415)	2.122	
Programa de Integração Social - PIS	201	231	— (7)	425	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	930	1.067	— (34)	1.963	
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (a)	—	13.457	18.725 —	32.182	
Outros	—	488	422 (910)	—	
<b>Total</b>	<b>2.360</b>	<b>33.427</b>	<b>20.081</b>	<b>(2.388)</b>	<b>53.480</b>
<b>Circulante</b>					<b>53.480</b>

(a) A Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado, onde pleiteava o direito de compensar os valores recolhidos a título de contribuição previdenciária sobre os pagamentos realizados aos prestadores médicos no período de 01/2004 à 05/2005. Dessa forma, foi registrado um crédito de INSS a compensar no valor de R\$32.182 em 12/2016.

## 8.2. Movimentação de créditos e débitos tributários:

Descrição	Saldo em 01/01/2015	Constituição	Realização	Transferência de carteira	Saldo em 31/12/2015
Provisão para perda em investimentos	—	1.152	—	—	1.152
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	228.491	54.482	(18.511)	795	265.257
Redução ao valor recuperável de créditos	69.631	29.992	(95)	6.188	105.716
Provisões indetermináveis	10.603	11.773	(8.820)	—	13.556
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	503	34	—	27	564
Participações nos lucros	1.903	2.700	(1.902)	—	2.701
Outros	1.304	2.597	(2.943)	—	958
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>312.435</b>	<b>102.730</b>	<b>(32.271)</b>	<b>7.010</b>	<b>389.904</b>
<b>PIS e COFINS sobre reservas técnicas (a)</b>	<b>67.220</b>	<b>21.803</b>	<b>(7.216)</b>	<b>4.344</b>	<b>86.151</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>379.655</b>	<b>124.533</b>	<b>(39.487)</b>	<b>11.354</b>	<b>476.055</b>
Débitos tributários - atualizações de depósitos judiciais (b)	(162.075)	(43.706)	19.369	—	(186.412)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(88)	(327)	415	—	—
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(162.163)</b>	<b>(44.033)</b>	<b>19.784</b>	<b>—</b>	<b>(186.412)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>217.492</b>	<b>80.500</b>	<b>(19.703)</b>	<b>11.354</b>	<b>289.643</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para perda em investimentos	1.152	—	—	1.152
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	265.257	36.589	(15.714)	286.132
Redução ao valor recuperável de créditos	105.716	88.112	(99.951)	93.877
Provisões indetermináveis	13.556	9.586	(13.239)	9.903
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	564	214	—	778
Participações nos lucros	2.701	2.859	(2.734)	2.826
Outros	958	1.576	(1.374)	1.160
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>389.904</b>	<b>138.936</b>	<b>(133.012)</b>	<b>395.828</b>
<b>PIS e COFINS sobre reservas técnicas (a)</b>	<b>86.151</b>	<b>16.240</b>	<b>(10.040)</b>	<b>92.351</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>476.055</b>	<b>155.176</b>	<b>(143.052)</b>	<b>488.179</b>
Débitos tributários - atualizações de depósitos judiciais (b)	(186.412)	(33.954)	74.286	(146.080)
Ganho com ajuste a valor de mercado	—	(680)	—	(680)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(186.412)</b>	<b>(34.634)</b>	<b>74.286</b>	<b>(146.760)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>289.643</b>	<b>120.542</b>	<b>(68.766)</b>	<b>341.419</b>

(a) Refere-se aos créditos tributários de PIS e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar de sinistros ocorridos e não avisados; e (b) Corresponde ao provisãoamento dos tributos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais, os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Provisões para tributos diferidos" no passivo não circulante, mas para fins de divulgação, conforme determinado pelo CPC 32 – Tributos sobre o lucro, estão sendo apresentados líquidos dos créditos tributários. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituidos sobre as diferenças temporárias. As bases e os impostos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por provisão para desvalorização de outras aplicações em 31/12/2016, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	2.500	625
Diferenças temporárias - CSLL	20.046	3.007
<b>Total</b>	<b>22.546</b>	<b>3.632</b>

**Majoração da CSLL.** A Lei 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. Os créditos tributários de CSLL que não possuem expectativas de realização até 31/12/2018 são os seguintes:

Descrição	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias - CSLL	152.107	7.605
<b>Total</b>	<b>152.107</b>	<b>7.605</b>
<b>9. Bens e títulos a receber:</b>		
Descrição	2016	2015
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	27.788	34.851
Recursos bloqueados (		

continuação

## Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 392 de 09/12/2015. **13. Partes relacionadas:** **13.1. Transações:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2016	2015	2016	2015				2016	2015	2016	2015
Sul América S.A. (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	30.350	17.171	Sul América S.A. (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	–	–
Saepar Serviços e Participações S.A. (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1.266	780	–	–	Saepar Serviços e Participações S.A. (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	–	–	–	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (h) (i)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	24	24	195	163	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (h) (i)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	283	54	(2.039)	(2.800)
Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (b) (d) (h) (i)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	389	248	395	330	Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (b) (d) (h) (i)	Controlada Indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	251	–	(4.140)	(2.429)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (b) (f) (g) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	22.063	1.416	390	13	Sul América Companhia Nacional de Seguros (d) (h)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	1.926	256	(3.446)	(1.156)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (d) (h)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	706	–	135	393	Sul América Saúde Companhia de Seguro (a) (b) (d) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	7.096	–	(1.891)	(15.956)
Sul América Saúde Companhia de Seguro (a) (b) (d) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	815	–	262	152	Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	21.124	–	–	Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (d) (e) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	880	36	(7.917)	(7.710)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (d) (e) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2.285	13.500	7.108	4.522	Sul América Odontológico S.A. (a) (b) (d) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	880	–	–	–
Sul América Odontológico S.A. (a) (b) (d) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4.392	56	–	–	Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (d) (h)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	1.797	–	(1.626)	–
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (d) (h)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	1.116	22	32	–	Escrítorio de Advocacia Gouveia Vieira (i)	Outros	Outros	–	–	(596)	–
Escrítorio de Advocacia Gouveia Vieira (i)	Outros	Outros	–	–	–	–	J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (i)	Ligada	Outros	–	–	(2.509)	(3.014)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (i)	Ligada	Outros	–	–	–	–	Gouveia Vieira Advogados Associados (i)	Ligada	Outros	–	–	–	(1.120)
Gouveia Vieira Advogados Associados (i)	Ligada	Outros	–	–	–	–	Gouveia Vieira Advocacia (i)	Ligada	Outros	–	–	(13)	(12)
Gouveia Vieira Advocacia (i)	Ligada	Outros	–	–	–	–	Healthways Brasil Serv. de Consultoria Ltda (i)	Coligada	Healthways International, S.À.R.L	–	–	(34.160)	(3.103)
Healthways Brasil Serv. de Consultoria Ltda (i)	Coligada	Healthways International, S.À.R.L	–	–	5.086	22.744	Total	Coligada	Healthways International, S.À.R.L	13.113	143.779	(58.337)	(212.664)

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao seguro saúde a funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (i) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente à 0,25% sobre o total da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente. (j) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (k) Valor referente ao coseguro cedido; e (l) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia, em 2016 e 2015, estão demonstrados a seguir:

Dividendos e JCP Recebidos		Dividendos e JCP Pagos	
2016	2015	2016	2015
Sasa	–	77.248	59.905
Saepar	–	13.683	10.639
Salic	–	171.703	133.503
Sami	17.214	33.830	–
Sulaseg	10.000	108.150	–
Santacruz	201.258	17.607	–
Sulamed	13.500	21.068	–
Sulasaúde	–	127.354	–
Sulodonto	–	10.000	–
Saga	908	–	–
<b>Total</b>	<b>242.880</b>	<b>318.009</b>	<b>262.634</b>
			<b>204.047</b>

## 15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldo em 01/01/2015	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / baixas	Transferência de carteira	Saldo em 31/12/2015
<b>Cíveis e trabalhistas</b>						
Cíveis	95.932	61.555	20.401	(67.687)	1.699	11.900
Trabalhistas	10.152	29	845	(1.788)	–	9.238
Honorários	10.300	9.083	–	(7.642)	185	11.926
Outros	13.890	9.987	2.194	(3.436)	–	22.635
<b>Subtotal</b>	<b>130.274</b>	<b>80.654</b>	<b>23.440</b>	<b>(80.553)</b>	<b>1.884</b>	<b>155.699</b>
<b>Tributárias:</b>						
PIS	72.571	–	5.216	–	–	77.787
COFINS	242.176	–	18.273	–	260.449	23.783
CSLL	200.263	47.099	19.848	(4.943)	–	262.267
IRPJ	93.113	5.422	7.604	(4.813)	–	101.326
INSS	42.474	2.181	2.935	–	–	47.590
Honorários	27.340	3.872	1.615	(5.933)	–	26.894
Outros	33.553	–	1.069	(17.576)	–	17.046
<b>Subtotal</b>	<b>711.490</b>	<b>58.574</b>	<b>56.560</b>	<b>(33.265)</b>	<b>–</b>	<b>793.359</b>
<b>Total</b>	<b>841.764</b>	<b>139.228</b>	<b>80.000</b>	<b>(113.818)</b>	<b>1.884</b>	<b>949.058</b>
<b>Circulante</b>						<b>54.180</b>
<b>Não circulante</b>						<b>894.878</b>

**15.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2016 e 2015, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisionando o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a

majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisionando o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. Em Junho/2008, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Adicionalmente, a Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda das demandas. Os advogados reputam a probabilidade de perda como remota em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretratabilidade e possível em relação aos demais aspectos. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à Companhia (e incorporadas), o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado, mas aguarda a homologação dos cálculos para levantamento do depósito judicial. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indeterminável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrhou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obstruiu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Atualmente, a Companhia aguarda a conversão em renda do depósito judicial realizado devido a decisão desfavorável já transitada em julgado. **CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia vinha depositando e provisionando o diferencial de alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a

continuação

## Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

## 20.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	Antes da Lei (a)		Após a Lei (a)		Total	2016
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso		
Consultas	(85.483)	(48.541)	(743.064)	(232.641)	(828.547)	(281.182)
Exames	(245.455)	(11.475)	(1.782.452)	(51.869)	(2.027.907)	(63.344)
Terapias	(96.565)	(3.938)	(354.673)	(10.458)	(451.238)	(14.396)
Internações	(832.631)	(52.912)	(3.971.467)	(267.400)	(4.804.098)	(320.312)
Outros (b)	(181.043)	(24.101)	(708.739)	(163.473)	(889.782)	(187.574)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.441.177)</b>	<b>(140.967)</b>	<b>(7.560.395)</b>	<b>(725.841)</b>	<b>(9.001.572)</b>	<b>(866.808)</b>
<b>Total</b>						<b>(9.868.380)</b>

## 20.3. Despesas de comercialização:

Descrição	2016		2015		2016
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	
Comissões sobre prêmio retido:					
Sobre prêmios		(626.700)	(554.624)		
Sobre agenciamento		(235.775)	(203.417)		
Variação de despesas de comercializações diferidas	82.155	88.036			
<b>Total</b>	<b>(780.320)</b>	<b>(670.005)</b>			
Comissões sobre cosseguro cedido:					
Sobre prêmios	—	4.733			
Sobre agenciamento	—	8.615			
Variação de despesas de comercializações diferidas	—	(2.220)			
<b>Total</b>		<b>11.128</b>			
<b>Total</b>	<b>(780.320)</b>	<b>(658.877)</b>			

## 20.4. Despesas administrativas:

Descrição	2016		2015		2016
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	
Pessoal próprio	(331.370)	(299.703)			
Incentivos em ações	(7.809)	(5.571)			
Serviços de terceiros	(149.842)	(138.398)			
Localização e funcionamento	(96.385)	(96.023)			
Despesas com tributos	(9.444)	(7.572)			
Outras	(74.537)	(81.709)			
<b>Total</b>	<b>(669.387)</b>	<b>(628.976)</b>			

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir:

Descrição	2016		2015		2016
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	
Remunerações	(170.025)	(148.916)			
Encargos sociais	(62.899)	(57.279)			
Indenizações e rescisões	(7.206)	(7.274)			
Vale alimentação, refeição e transporte	(32.079)	(31.445)			
Seguro de vida, saúde e odontológico	(9.540)	(9.128)			
Outros benefícios	(10.407)	(8.987)			
<b>Total</b>	<b>(292.156)</b>	<b>(263.029)</b>			

20.5. Outras despesas operacionais: Em 31/12/2016, as "Outras despesas operacionais", no montante de R\$349.718 (R\$298.689 em 2015), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde", no montante de R\$336.080 (R\$298.500 em 2015) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R\$13.638 (R\$189 em 2015), compostos da seguinte forma:

Descrição	2016		2015		2016
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	
Despesas com operações de seguros	(7.425)	(7.485)			
Constituição de provisão para contingências civis e outras operações de seguros	(105.595)	(105.873)			
Serviços técnicos de seguros	(22.577)	(8.319)			
(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito	(82.865)	(56.704)			
Despesas com cobrança de seguros	(131.256)	(120.308)			
<b>Total</b>	<b>(349.718)</b>	<b>(298.689)</b>			

**Conselho de Administração:** Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho; Carlos Infante Santos de Castro; e Solange Beatriz Palheiro Mendes. **Diretoria:** **Diretor-presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores vice-presidentes:** Arthur Farme d'Amoo Neto; Marco Antonio Antunes da Silva; e Maurício da Silva Lopes. **Diretores:** André Luiz Lauzana dos Santos; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Erika Fuga Rossi; Gabriel Antoine Séguir de Charbonnieres; José Fernando Conforto; Laenia Pereira dos Santos; Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso; Patrícia Quirico Coimbra; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Ropero; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; Solange Zaqueum Thompson Motta; e Tereza Villas Boas Veloso. **Contador:** Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. **Atuária:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia de Seguro Saúde. Rio de Janeiro – RJ:

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguro Saúde em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante